

EDITORIAL

A Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC) disponibiliza ao público interessado o segundo número do primeiro volume da Revista Catarinense de Economia (RCE).

Assim procedendo, a APEC dá continuidade à iniciativa cujo primeiro passo ocorreu, formalmente e publicamente, durante o XI Encontro de Economia Catarinense (EEC), realizado em Curitiba: aquela foi a ocasião em que a RCE foi lançada, em número que exibe índole histórica devido ao seu caráter inaugural.

Falar em passo inicial com respeito ao mencionado lançamento representa, em algum grau, licença de linguagem, pois criar uma revista era aspiração antiga no seio da APEC. Todavia, foi somente no EEC de 2016, quando os encontros promovidos pela associação completaram uma dezena – o X EEC foi organizado no âmbito da Universidade Regional de Blumenau (FURB) –, que o referido desejo ganhou materialidade. Em assembleia, aprovou-se por unanimidade a criação de uma revista eletrônica, com periodicidade semestral.

Este segundo número do volume relativo a 2017, composto de sete estudos, exibe perfil semelhante ao do primeiro número, quanto aos assuntos contemplados nos diferentes artigos. Quer-se destacar o fato de que os temas abordados neste conjunto são bastante diversos e se referem tanto a questões catarinenses quanto a temas, por assim dizer, brasileiros, ou, talvez seja melhor dizer, extraestaduais.

No primeiro artigo, intitulado “A BR-101 e a litoralização do Estado de Santa Catarina”, *Izidro Tomaz Nunes* e *João Rogério Sanson* procuram verificar o que pode ter representado uma infraestrutura de transporte como a rodovia BR-101 para os movimentos populacionais no sentido interior-litoral em escala estadual. Utilizando dados censitários para o período de 1950 a 1991, os autores observam, entre outras coisas, que a rodovia parece ter favorecido as migrações – desde regiões interioranas catarinenses e também desde outros estados – para a franja litorânea de Santa Catarina.

No segundo artigo, *Luis Augusto Araujo*, *Alexandre Luís Giehl*, *Antônio Marcos Feliciano* e *Claudimir Rodrigues* dirigem a atenção, em “Gestão de unidades de produção familiar do Alto Vale do Itajaí (SC): percepções sobre o ambiente externo e interno”, para o município de Imbuia, no (catarinense) Alto Vale do Itajaí. Visando analisar a percepção dos gestores de unidades de produção familiar sobre os desafios e oportunidades incrustados nos ambientes externo e interno, os autores usam a metodologia SWOT e dados obtidos diretamente nas propriedades. Conforme a metodologia, o ambiente externo representaria mais “oportunidades”, e o interno, mais “fortaleza”.

No artigo “Participação em bancos de tempo: utilizando dados sobre transações para avaliar o Banco de Tempo – Florianópolis”, *Michele Romanello* explora assunto ainda pouco estudado no Brasil: a atuação de bancos de tempo, em que o crédito recebido pelos membros, contra fornecimento de bem ou serviço, possui valor igual independentemente do tipo ou qualidade do que foi ofertado. O artigo traz uma análise exploratória de uma das primeiras experiências do gênero no país: o Banco de Tempo - Florianópolis (BTF). Indicadores básicos são apresentados, mostrando multiplicação dos participantes e criação de capital social.

Assunto de amplo alcance é abordado em “Padrões setoriais de mudança técnica e fomento de inovações na indústria brasileira: considerações sobre o setor automotivo”, de *Almir Cléydison Joaquim da Silva*, *Mônica Aparecida Bortolotti* e *Walter Tadahiro Shima*. Escorado em

literatura de cunho basicamente neoschumpeteriano, o texto focaliza o setor automotivo presente no Brasil quanto a aspectos como organização setorial, interações diversas e dinâmica das inovações. Os autores ressaltam, no tocante às últimas, a importância das políticas públicas e das estratégias industriais voltadas à promoção, entre outras coisas, da pesquisa e do desenvolvimento.

O quinto artigo, de *Jonatan Lautenschlage*, intitula-se “Influência das eleições e dos políticos na composição da despesa pública dos municípios de Santa Catarina”. O pano de fundo é o debate sobre ciclos políticos e orçamentários, que inspira o autor em análise de como as eleições e os traços de municípios e prefeitos afetam as despesas dos municípios catarinenses. Estimções econométricas com dados de 292 municípios, para o período 2003-2014, sugerem que os prefeitos elevam as despesas com habitação e equipamentos coletivos em períodos eleitorais, e que o gênero, a formação superior e o alinhamento político ao governador de estado, entre outros aspectos, têm reflexos na política fiscal municipal.

Em “Atuação política da classe empresarial: um estudo de caso sobre a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina”, *Keylla Thais Signorelli* e *Silvio A. F. Cario* discutem a atuação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) como ator político nesse estado. O estudo mostra-se estribado em debates sobre as iniciativas das elites orgânicas para manter posição de hegemonia no seio do Estado, e argumenta que a FIESC opera visando preservar interesses de classe na sua interlocução com o setor público e a sociedade civil, procurando influenciá-los. Diferentes ações da FIESC nesse sentido são repertoriadas no artigo.

No sétimo e último artigo, *Mônica Marcon* e *Mayara Thays Müller* apresentam uma “Análise das exportações de móveis da Região Sul do Brasil”, construída a partir de observações sobre aspectos produtivos da indústria moveleira, de um modo geral, sobre a estrutura do mercado, inclusive em nível internacional, e sobre a incidência geográfica da produção em escala de país, com realce para a Região Sul. O desempenho exportador é observado especialmente no que tange a Santa Catarina, onde se encontra instalado um dos mais importantes polos moveleiros, quer se olhe para a Região Sul, quer se considere o Brasil.

Na condição de Editor que se responsabilizou, em sintonia com o decidido na assembleia que aprovou a criação da revista, pela preparação e disponibilização do par de números do primeiro volume da Revista Catarinense de Economia, manifesto a sensação de dever cumprido perante a Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense e ao público interessado nos seus eventos e na sua revista. O esforço empreendido, no conjunto de tarefas e providências subjacentes à publicação do primeiro volume completo da RCE, foi nada menos que hercúleo, dadas as condições, exigindo a atrofia ou o abandono temporário de outras atividades e a dedicação de incontáveis horas de trabalho.

Dou por encerrada a minha tarefa como Editor. Desejo sucesso a quem me sucederá na empreitada de preparar e disponibilizar a RCE a partir de agora.

Hoyêdo Nunes Lins

Ilha de Santa Catarina, janeiro de 2018.